

DISCURSO, MEMÓRIA E ATUALIDADE: UM RETORNO À OCUPAÇÃO AMAZÔNICA NA IMPRENSA DA DÉCADA DE 70

DISCOURS, MÉMOIRE ET NOUVELLES:
UN RETOUR À L'OCCUPATION
AMAZONIENNE DANS LA PRESSE DES
ANNÉES 70

Águeda Aparecida da Cruz Borges 1

Resumo: Neste artigo, atualizo algumas discussões feitas na minha dissertação de mestrado, por considerar a importância do tema nas condições de produção atuais e por se adequar à proposição da Revista. Penso o discurso constitutivo da brasilidade na relação com a ocupação da Amazônia Legal. Para o alcance das análises, sob os fundamentos da Análise de Discurso francesa, levo em conta a determinação histórica dos processos de produção de sentidos que emergem da repercussão que teve, na imprensa da década de 70, a Carta Pastoral: "Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o latifúndio e a marginalização social", escrita por D. Pedro Casaldáliga, filiado à Teologia da Libertação, na época da escrita, Bispo Emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT, que faleceu recentemente e a quem presto homenagem.

Palavras-chave: Amazônia. Imprensa. Discurso. Carta Pastoral. Casaldáliga.

Résumé: Dans cet article, je mets à jour quelques réflexions faites dans mon mémoire de maîtrise, compte tenu de l'importance du thème dans les conditions de production actuelles et pour s'adapter à la proposition de la revue. Je pense au discours constitutif de la brésilianité par rapport à l'occupation de l'Amazonie légale. Pour la portée des analyses, sous les fondations de l'Analyse du Discours Français, je prends en compte la détermination historique des processus de production de significations qui émergent de la répercussion que la Lettre Pastorale a eue dans la presse des années 70: «Uma Igreja da Amazônia en conflit avec le latifundium et la marginalisation sociale », écrit par D. Pedro Casaldáliga, affilié à la théologie de la libération, au moment de la rédaction de cet article, évêque émérite de la prélatrice de São Félix do Araguaia-MT, décédé récemment et auquel je rends hommage.

Mots clés: Amazon. Presse. Discours. Lettre pastorale. Casaldáliga.

AMAZÔNIALEGALILEGAL

Legal,

a Amazônia Legal.

O tal

capital,

nacional,

estrangeiro.

Illegal,

o tal de primeiro,

o índio mateiro,

mateiro,

que nunca deu bola nem bolo ao Cabral...;

o tal de posseiro,

que malvive mal,

na zona

Ama-zôn(i)a

Legal,

Illegal...

(Pedro Casaldáliga Plá, 1979).

Introdução

Neste artigo, proponho-me a atualizar algumas discussões que desenvolvi na minha dissertação de mestrado¹, por considerar a importância do tema e a sua retomada nas condições de produção vigentes e, assim, posso também atender aos propósitos da Revista. O objetivo maior, ao me debruçar sobre o recorte que tomo para análise, é compreender a construção da brasilidade na relação com a ocupação da terra/Amazônia e observar como esse gesto possibilita refletir, além de outros assuntos, sobre quais são os sentidos produzidos nessa interligação.

Para tal, levo em conta a determinação histórica dos processos de produção de sentidos que, neste texto, analiso, tomando como base a repercussão que teve na imprensa, na década de 70, a Carta Pastoral: “Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o latifúndio e a marginalização social”, publicada por D. Pedro Casaldáliga, filiado à Teologia da Libertação, na ocasião da escrita, Bispo Emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT, recentemente falecido, a quem aproveito para homenagear, nessa oportunidade.

Constituir discursivamente, a relação do SUJEITO com a TERRA=AMAZÔNIA, nesta perspectiva, implica remontar ao modo como se reescreve a brasilidade no/pelo discurso, neste caso o jornalístico, em determinadas Condições de Produção, como *acontecimento discursivo*.

O *acontecimento discursivo*, encontro da atualidade com a memória não produz repetição, mas sim resignificação. A tentativa da memória em manter uma regularização das séries enunciativas, ou seja, em formar uma lei da série do legível, uma lei que coloca um enunciado na fronteira do outro e define a possibilidade de sua prática, pode sempre ruir quando enca-

¹ BORGES, Águeda Aparecida da Cruz Nas veias do jornal: a terra. Os sentidos sobre a Carta Pastoral de D. Pedro Casaldáliga na imprensa (1971) /. Campinas, SP: [s.n.], 2000.

ra um *acontecimento discursivo*. em *Papel da Memória*, Pêcheux conceitua o *acontecimento discursivo* e o coloca como ruptura da memória que seria eternizada através do interdiscurso:

[...] a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série atemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. (PÊCHEUX, 1999, p. 5).

Pode-se compreender que o *acontecimento discursivo* provoca uma nova possibilidade para o fato produzir outros significados, entretanto, ele não apaga os significados anteriores. Ele instaura uma relação tensa com a memória que tenta adequá-lo na ordem da repetibilidade e com o discurso novo, que precisa ressignificá-lo, entendendo o discurso como objeto que transita entre estrutura e acontecimento, para explicar que é impossível delimitar, na completude, um sentido e/ou identificar onde ocorrem as rupturas que o transformam historicamente.

Retomando o objeto deste texto, lembro a trama das falas que se deram, sobre o sujeito brasileiro, nos séculos XVI, XVII e VIII, no Brasil, não como produtos desses períodos, mas como práticas construtivas da cultura da época e do que hoje chamamos “memória nacional”. Assim, a postura, aqui, não é estacionar no discurso que “define” o brasileiro e parar nessa definição, mas pensar esse discurso como constitutivo dos processos de significação que constituem o imaginário pelo qual se rege a nossa sociedade. Procuo, dessa maneira, atingir o modo de produção disso que funciona como “evidências” em nosso sentimento de brasilidade, e que se dá como formação ideológica.

O recorte: gestos de análise

É nesse ponto que faz sentido o recorte que fizemos dos jornais que publicaram a Carta Pastoral (CP, daqui em diante) de D. Pedro, em que, pelas análises, vou mostrando o efeito de entrelaçamento dos sentidos de TERRA (nesse caso referindo a Amazônia) e SUJEITO que neles se materializa.

Cabe ressaltar que o discurso jornalístico, assim como outros discursos, na perspectiva da teoria sob a qual nos fundamentamos, a Análise de Discurso de linha francesa, ampliada no Brasil, não representa um dado empiricamente observável, não designa os jornais, propriamente ditos, pois discurso é um objeto teórico construído pelo analista a partir dos seus propósitos, e que orienta a análise do material (texto), conforme Mariani (1998, p. 34), “é um exemplar de discurso”.

Ou do modo como coloca Orlandi (1990, p.35): “não há fato ou acontecimento que não faça sentido, que não espere interpretação, que não peça que lhe encontrem causas e consequências”. É isto que constitui, para nós, a história; esse fazer sentido, mesmo que se possa divergir desse sentido em cada caso.

Para mostrar esse efeito, apresento um recorte do *corpus*, o qual intitulo, pelo gesto de interpretação: **TERRA/Pátria/mãe**, composto por 4 Sequências Discursivas (**SD**), e a partir das sequências **1** a **4**, analisamos o funcionamento das designações que reescrevem, nos Jornais identificados após cada sequência, o SUJEITO na relação proposta:

TERRA/Pátria/mãe

SD1. Tanto a sinceridade com que foram tratados os vários problemas, quanto a gravidade dos fatos que denuncia e documenta, **somados ao amor do país** e ao **homem brasileiro** mereceram para a CP, a repercussão que vem tendo. (*Jornal O*

São Paulo-20-11-71)

SD2. A leitura do documento em questão, escrito por quem viveu anos no centro-oeste brasileiro e acabou **amando sincera e profundamente, o nosso povo e a nossa terra**, nos deixou a clara impressão de que os fatos denunciados, infelizmente correspondem à realidade. (*Jornal O São Paulo-20-11-71*)

SD3. É lastimável que certas áreas oficiais e alguns órgãos da imprensa, interessados na defesa, a qualquer custo, do capital, continuem desconhecendo que a denúncia de injustiças contra pessoas ou grupos constitui, de fato e inegavelmente, **um verdadeiro serviço prestado à Pátria**. (*Jornal O São Paulo -20-11-71*)

SD4. Que é que serve mais ao Brasil: tomar consciência de seus problemas, tentar resolvê-los ou continuar falando em “Brasil Grande” quando o próprio presidente da república declarou com ênfase que “a economia do País vai bem, mas o povo vai mal?” - “A euforia da alienação é sempre ilusória e bem mais perigosa que a tomada de consciência dos problemas. Esta sim é realmente estimulante do progresso. **Este é o melhor caminho para o engrandecimento do Brasil, que todos amamos e desejamos sempre mais fiel à histórica vocação de democracia cristã**” - disse D. Pedro. (*Jornal O São Paulo -20-11-71*)

Uma vez sendo a TERRA o Brasil, a Pátria, esta reclama para SUJEITO o adjetivo pátrio, natural das relações de/na linguagem: homem² do Brasil/**homem brasileiro**, como é possível observar na **SD1**. Mas quem será, de fato esse **homem brasileiro**? Verificamos que ele vai se configurando pela orientação oferecida no questionamento que inicia a **SD4: Que é que serve mais ao Brasil?**

Orlandi (1990) diz que o amor a Deus, pelo qual o poder assegura a submissão do homem medieval, é substituído nas sociedades capitalistas, pelo amor à Pátria, dever do cidadão. Nas quatro sequências, certificamos o que é teorizado pela autora: (...) **somados ao amor do país**, em **1**, (...) **amando sincera e profundamente a nossa terra**, em **2**, (...) **verdadeiro serviço prestado à Pátria**, em **3**.

Todo o argumento apresentado nas sequências indica pela sua formulação, o que determina o engrandecimento do país [...] **Este é o melhor caminho para o engrandecimento do Brasil, que todos amamos e desejamos sempre mais fiel à histórica vocação de democracia cristã**, em **4**.

Como é possível observar **HOMEM brasileiro** vai sendo predicado como quem deve **amar e servir à Pátria**, na produção de sentidos deslizados *no corpus*. Ele é produto de um deslocamento de vários discursos, aqui particularmente remontamos ao discurso do civismo, perante à Pátria que, pela análise, está colado aos sentidos enunciados, radicalmente, no hino nacional brasileiro: “[...] Nem teme quem te adora a própria morte, Terra adorada! Oh! Pátria amada...”

Mobilizo os dizeres do hino nacional, porque compreendemos o processo de significação configurado pelos modalizadores adverbiais da sequência em análise: **amando sincera e profundamente, de fato e inegavelmente**, e pela determinação efetuada pelo adjetivo: **verdadeiro serviço**, como que formulados a partir do mesmo lugar enunciativo do hino.

Não estou, com isso, dizendo que os sentidos de amor, serviço, fidelidade à Pátria pos-

2 O termo homem genérico só é usado quando faz parte do recorte. Eu uso, conceitualmente, SUJEITO, entendendo que o indivíduo é interpelado em sujeito, sob a perspectiva da Análise de Discurso.

suem origem no hino nacional e produzam sentidos da mesma maneira que ele, mesmo porque estaria contrariando a possibilidade de “migração dos sentidos” se assim fosse.

Os sentidos, desde a sua origem, se formulam heterogeneamente, desenvolvendo efeitos de sentido que partem em várias e distintas direções. No caso em análise o que acontece é que tanto o discurso do jornal, que retoma a CP, reproduzindo e confirmando o seu dizer em relação ao sujeito brasileiro que serve ao Brasil, quanto o sujeito brasileiro enunciado no hino, inclinam para a mesma inscrição discursiva, ou seja, o discurso moralista e servil no Brasil, que termina por ser dominante ideologicamente e que significa, fazendo parte do funcionamento imaginário da sociedade brasileira. Tanto é, que esse discurso é retomado na atualidade, fortemente, por outros interlocutores e propósitos.

Além disso, é importante notar que **amando profundamente a nossa terra**, em **2**, desloca para **verdadeiro serviço prestado à Pátria**, em **3**, em que amar funciona, nessa direção, como serviço, compreendido em dever para com a Pátria.

Então, a partir do recorte, em pauta, podemos inferir que ser **HOMEM brasileiro**, mesmo quando designado diferentemente, é também **amar/servir à Pátria**. Há nesses sentidos ecos do discurso nacionalista de 1930. Remete para a raiz do nacionalismo que é o que possibilita a existência do Estado Nacional. É importante frisar que a Análise de Discurso explicita o funcionamento do discurso em suas determinações históricas, pela ideologia. Quanto à ideologia, é ainda em relação ao poder que ela é considerada na perspectiva discursiva.

A elaboração de um discurso pode ter resultados diversos, pois os sentidos se apresentam e deslocam tomando “cores locais” na história de suas formulações até chegarem à dissolução da origem e distinção.

Dando sequência às observações, fundamenta por esse dispositivo privilegiado para analisar, trago outro recorte que nomeamos: **TERRA/Pátria/moral**, com **3 SDs, SD5, SD6, SD7**, para verificar o modo como aí se enuncia o SUJEITO:

TERRA/Pátria/moral

SD5. Segundo uma notícia provinda de **nossa sucursal no Rio de Janeiro** e a qual demos a devida publicidade na edição (...) corre impresso um certo documento intitulado: *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*, cujo autor conhecido é exatamente um bispo, titular da Prelazia de São Félix do Araguaia. A julgar pelos extratos que pudemos ler trata-se daquele comunitarismo eclesial de tipo medievalista que Taunay já dissecou no seu clássico ensaio sobre as origens do capitalismo moderno, coisa que devidamente traduzida à luz da dinâmica social contemporânea, quer dizer que se trata do produto de uma inteligência servida de acuidade como de escrúpulos **de quem tem por objetivo desmoralizar a Pátria**. (*O Estado de São Paulo-15-11-71*).

SD6. **O Conselho Administrativo da Associação de Empresários Agropecuários da Amazônia** vem agradecer a esse órgão a publicação do editorial de 13-11-71, sob o título *A má fé e demagogia desse bispo* (...) sabemos que uma das funções da imprensa é bem informar. Entretanto, sabemos que a imprensa honesta tem a obrigação e a responsabilidade de comentar os fatos e orientar os seus leitores. O seu editorial estabelece **a verdadeira dimensão do bispo de S.F.A., cujo único fim** é a agitação social e a desmoralização de nossa Pátria. (*O Estado de São Paulo, Carta de leitores, 15-11-71*)

SD7. A defesa obtida de **um dos nossos associados** se estende por comunhão de e propósitos a **todos os demais** e também

àqueles empresários animados **pelos mesmos propósitos de progresso social e integração pacífica de nossos vazios geográficos.** (*O Estado de São Paulo, Carta de Leitores, 15-11-71*)

Diferentemente do que observei no recorte **TERRA/Pátria/mãe**, identificamos, nas sequências **5, 6 e 7**, as designações de **HOMEM** por **instituições**, de um lado, em confronto com um homem determinado: **“cujo autor conhecido é exatamente o bispo, titular da prelazia de São Félix do Araguaia”**, de outro lado.

Vejamos os funcionamentos referentes às instituições: **nossa sucursal do RJ, demos a devida publicidade, pudemos ler**, em **5**.

Subentende-se que o “**nós**” implícito no enunciado refere-se aos próprios donos do jornal, que se apropriam desse lugar, do jornal, para manifestar sua opinião a respeito da CP.

O Conselho Administrativo da Associação de Empresários Agropecuários da Amazônia / Sabemos, em **6**. O “**nós**”, aqui, são todos que compõem o conselho.

Um dos nossos associados, Todos os demais. E também àqueles **empresários animados** pelos mesmos propósitos, em **7**.

É possível dizer, a princípio, que os grupos organizados, em cada sequência, se estabelecem, inscritos numa mesma Formação Discursiva³ que se identifica com uma posição contrária à CP. Sendo assim, **SUJEITO** no discurso dessas instituições: **Sucursal do O Estado de São Paulo, no Rio de Janeiro; O Conselho Administrativo da Associação de Empresários Agropecuários da Amazônia** confronta com **o bispo**, e nessa posição institucional responde, polemizando, às denúncias feitas por ele na CP.

Interessante atentar para o fato de que, para dizer que **o bispo** tem como propósito **desmoralizar a Pátria** não se diz de um lugar individual, não se assume a responsabilidade de dizer enquanto sujeito, mas enquanto uma instituição que congrega mais de um indivíduo, que por ser assim, não são nomeados. No entanto, são identificados pelo lugar de onde enunciam, o brasileiro aqui se inscreve na sua função institucional.

A oposição se dá marcada nas predicções de finalidade, presentes nas sequências em análise: **cujo único fim é a agitação social e a desmoralização da Pátria** em **6** e **animados pelos mesmos propósitos de progresso social e integração pacífica de nossos vazios geográficos**, em **7**.

Nesse recorte o “homem brasileiro” é dividido entre **os que desmoralizam a Pátria e os que querem o progresso e integração pacífica**. Tanto o discurso da moral quanto o discurso do progresso estão atrelados ao discurso positivista que, como acontecimento se instaura na atualidade, em outras condições de produção, como já apontamos.

Nos dois recortes analisados observamos um movimento de sentidos em relação à **TERRA** e **HOMEM=SUJEITO**, ou melhor um deslizamento de sentidos que ao “responder”: **quem é que serve mais ao Brasil**, vai o provendo de um imaginário positivista na sua relação com a “realidade nacional”, tanto no aspecto religioso, quanto no político.

Sob a orientação de Orlandi (1990), entendo que o sentimento patriótico se ajusta ao modo como, no imaginário positivista, o discurso científico se articula com o político, produzindo o sentimento de cidadania que se alicerça na ideia positivista de “fraternidade”.

“Fraternidade” é um substantivo que funciona evocando sentidos do discurso religioso, que permite fazer a ligação do que é enunciado, em **SD4, (...) Brasil que todos amamos e desejamos sempre mais fiel à histórica vocação de democracia cristã**, com o sentimento de cidadania que tem fundamento no discurso religioso.

Então, ainda que filiados ao positivismo, os discursos se confrontam por se inscreverem em Formações Discursivas antagônicas.

De um lado, o pronome **nosso** que inclui os pertencentes à **sucursal do RJ**, depois **A Associação de Empresários... Pelo seu Conselho administrativo** seguindo a todos **os demais as-**

³ É o que determina o que pode e deve ser dito e não mais só o imaginário ou o contexto imediato. Formação Discursiva é um conceito central para a AD, pois por ela é possível observar como os saberes, organizados pelo interdiscurso, sistematizam-se diante de determinadas Condições de Produção, estabelecendo relações entre os domínios da memória e do acontecimento. (PÉCHEUX, 1990).

sociados que se filiam aos mesmos objetivos, **os mesmos propósitos**, o que os inscreve numa mesma posição, adversa a que se inscreve o **bispo** na/ pela **Igreja** e, mais especificamente, na/ pela Teologia da Libertação, que funciona na sequência a partir da pregação: **a verdadeira dimensão do bispo de São Félix do Araguaia, cujo único fim é a agitação social e desmoralização de nossa Pátria**, em 6.

De forma a ampliar a discussão apresento a **SD8** que nomeei:

TERRA /Amazônia /vazio geográfico

SD8. Que diz efetivamente **o prelado**? Que injustiça só tem um nome na **Amazônia** e que esse nome é **latifúndio**. Convém saber que o microcosmos de sua experiência sociológica é a Prelazia de São Félix do Araguaia, a qual se estende por 150mil km2 (...) quem lá fora lesse o panfleto do bispo, poderia imaginar que nessa vasta superfície se amontoasse **uma multidão densa e laboriosa**, mas impedida de lograr condigna existência pela insensibilidade de **meia dúzia dessas figuras demonológicas** da era da morte de Deus que se chamam **latifundiários**. (*O Estado de São Paulo, 13-11 71*).

Na sequência **8**, foi a forma de tratamento ao bispo que me chamou a atenção. A partir de uma primeira leitura, interpretar **o prelado** como alguém ligado efetivamente à igreja, não causa nenhuma perturbação. Porém, o uso dessa designação antecedido pelo artigo definido **o**, determina um ser específico, **o prelado** é o bispo D. Pedro Casaldáliga, dessa forma, inscrito no conjunto de dizeres do jornal, imprime um sentido diferente.

Se tomarmos a sequência, em toda a sua extensão, perceberemos, inclusive um tom irônico e negativo de referência ao bispo. Em outras palavras, no modo como é dito no jornal já se encontra uma devida interpretação, cuja definição é dada ideologicamente.

A partir da designação **o prelado** para o bispo, que no modo como foi enunciada conduz para um lugar desfavorável a ele, vamos observar o que sucede com outras tantas determinações que lhe são atribuídas: (...) **cujo autor conhecido é exatamente um bispo**, (...) trata-se **daquele comunitarismo eclesial de tipo medievalista** (...) **coisa que (...) é o produto de uma inteligência servida de acuidade como de escrúpulos de quem tem por objetivo desmoralizar a nossa Pátria**, em **SD5**; e (...) **a verdadeira dimensão do bispo de São Félix do Araguaia cujo único fim é a agitação social**, em **SD6**.

O funcionamento da determinação exagerada, cujas marcas aparecem no texto de modo a desviar a atenção da questão mais forte da CP, que é a denúncia em relação ao latifúndio e a marginalização social na Amazônia Legal, direcionando-a para o denunciante, fecham o cerco em torno do bispo, desqualificam-no e colocam-no num lugar que corresponde a uma ameaça à Pátria e aos latifundiários.

O uso de determinações é um dos aspectos didáticos da imprensa, em concordância com Mariani (1998). No caso em que analisamos, elas deslocam os sentidos do que seja um bispo, filiado à Teologia da Libertação, para um outro discurso que o funda como **desmoralizador da Pátria, agitador social**, o que não seria tratamento para todos os bispos.

Nessa discursividade os vestígios encontrados marcam uma posição que tenta controlar, desviar as denúncias feitas na CP, proporcionando uma outra direção de leitura sobre o acontecimento.

Dando continuidade à análise passamos a averiguação dos sentidos de sujeito em relação aos sentidos de **TERRA/área/mercadoria**, ou seja, à **terra** enquanto objeto de compra e venda na **SD9**.

TERRA/área/mercadoria

SD9. (...) em toda aquela área, maior que muitos países europeus e vários estados brasileiros, **encontra-se** um escasso contingente humano de 50 pessoas todos migrantes nordestinos, **recentemente lá chegados em busca de**

trabalho. (O Estado São Paulo, 13-11-71)

Os sentidos de sujeito deslizam, na sequência 9, como para **quem busca trabalho**. O mais interessante, nessa SD, pensamos ser a observação das predicções: **encontra-se e recentemente lá chegados**, que produzem o efeito de provisoriedade.

É importante dizer que, para o migrante (posseiro), trabalho e terra se confundem, a terra para eles é um mediador do trabalho, então, **busca de trabalho**, em 9, produz um deslocamento de sentido que se contrapõe a **busca de terra para trabalhar**. A relação terra/trabalho é, em 9, enunciada de uma posição onde os migrantes **recentemente lá chegados** servirão de mão de obra na abertura das fazendas. Sob esse olhar, apaga-se para o migrante o desejo, esperança, objetivo em relação a Amazônia, que é a **busca de terra para trabalhar**.

No recorte abaixo, mostramos o deslocamento que se dá no processo enunciativo quando, ao invés de se dizer **busca de trabalho**, diz-se **busca de terra para trabalhar**.

SD10. Todas as terras desse imenso Nordeste mato-grossense - denuncia D. Pedro Casaldáliga - já estão vendidas. Mesmo as que pertencem ao Parque Nacional do Xingu. Por isso a esperança do posseiro que chega **em busca de terra para trabalhar** é quase nula. (Jornal O Estado do Paraná, Curitiba, 12/11/71).

O sentido de provisoriedade produzido em relação a ocupação da terra, isto é, **estar** sempre recém-chegado, aparece também na **SD11** através do discurso direto que traz para a enunciação a voz de um fazendeiro:

SD11. É sempre foi assim na história (...) há posseiros que **moram em uma área e a trabalham dentro de suas possibilidades mínimas**, por muitos anos. As companhias, **fazendas chegam** e em menos de dois, três anos **tomam a terra pela força do dinheiro ou por conchavos políticos**.

Não nos pode passar despercebida a relação de oposição que ocorre entre **morar em uma área** (posseiro), e **tomar a terra** (fazendeiro). Remontamos, a partir desta constatação, aos sentidos de provisoriedade, os quais analisamos pelo funcionamento do verbo encontrar (**encontra-se**), e acrescentamos, agora, **morar**, no jogo com os sentidos de área, enquanto lugar mensurável e temporário para o posseiro, por um lado. Por outro, **tomar a terra** remete aos sentidos de ter, possuir, uma vez que na sequência a tomada da terra se dá **pela força do dinheiro, ou por conchavos políticos**, determinantes da “compra” da terra, o que permite a expulsão do posseiro, interpretada por **tomam a terra**, e confirma, mais uma vez, nessa discursividade, a ocupação temporária do posseiro e a constituição do proprietário, dono (**tubarão dono da terra**, em **SD12**).

Vimos percebendo, ao longo do *corpus*, que o **latifundiário** aparece designado de várias maneiras: **fazendeiros, empresários, gente importante, grandes comerciantes, compradores, tubarão**, dentre outras. Vamos nos ater à designação **tubarão** que aparece na sequência 12:

SD12. Enquanto nessa porção de território nacional têm-se localizado a maior parte dos empreendimentos agropecuários (...) a **população primeira desbravadora** da região se acha no esquecimento mais completo, ocupando áreas das quais frequentemente é expulsa, pois na hora menos pensada aparece o assim chamado **tubarão, dono das terras** que quer fazer valer o seu título de propriedade. (Diário de Notícias, Ribeirão Preto, SP, 11-11-71).

Por que a designação **tubarão**? Sabemos que tubarão é um peixe perigoso que tem como característica comer gente, se diz popularmente que se a presa é pequena ele devora por inteiro. Com base nessa designação é possível reconhecer o discurso conflituoso existente entre o **grande e o pequeno, o dominador e o dominado, o tubarão e o posseiro**, próprio das

relações em uma sociedade capitalista.

Recorremos ao dicionário *Aurélio* e encontramos que **tubarão** significa *peixe grande e voraz e industrial ou comerciante ganancioso*. Ora, de início a nossa tendência é interpretar como sendo sinônimos: **latifundiário, fazendeiro, grande proprietário, tubarão**, porém a semelhança de sentidos que eles trazem em seu funcionamento, ultrapassa a noção de sinonímia, pois o que acontece é que as designações manifestam uma impressão da realidade a partir de um lugar discursivo.

[...] são resultados de memórias discursivas, que confrontam na/pela língua, em espaços e tempos determinados, instaurando, no intervalo entre o real e o simbólico, isto que se tem chamado de diferentes objetos de referência ou objetos de discurso. (PAYER, 1998, s/nº)⁴.

Assim, retomamos o sentido trabalhado, inicialmente, sobre “homem brasileiro”. Se não nos equivocamos em nossa reflexão, as designações apresentadas, correlacionam com a posição do discurso que coloca o bispo como quem tem como fim a **desmoralização da Pátria** e isso emperra os propósitos dos empresários animados pelo progresso de **integração pacífica dos nossos vazios geográficos** que vimos confrontar com o ser sujeito brasileiro enquanto aquele **que ama e serve a Pátria**.

Queremos, ainda, ressaltar que nas designações se encontra uma tentativa de dar conta dos sentidos, provocando uma ilusão de estabilização, quanto ao atravessamento de múltiplos discursos, sendo assim, paradoxalmente os sentidos podem ser naturalizados, mas como pontos estáveis de um processo discursivo, podem vir a se desestabilizar, pois todo ponto estável é também um ponto de *deriva*⁵ de processos afetados pelo interdiscurso.

As designações trabalhadas nos jornais coexistem e relacionam-se entre si, elas dizem, trazem à memória e projetam um futuro, por isso significam.

Assim, os sentidos só se dão em relação, eles não brotam da língua. Não estão nas palavras. Não são uma questão lexical, são, sim, uma questão semântica. No movimento do processo semântico desencadeado pela reformulação do discurso do *outro* é possível detectar que há confrontos entre empresários, latifundiários e Igreja embora o texto pareça o mesmo.

Pensando dessa forma interpretamos que a discursivização em favor da **moral patriota** se estabelece como um jeito de interpelar o leitor, chamando-o para essa discursividade desfavorável à denúncia contra o latifúndio e a marginalização social. O discurso positivista, ou seja, passa para o senso comum, se des-historiciza e se incorpora na prática cotidiana.

Refletimos essa questão ligada aos interesses dos empresários, latifundiários que agiam com a assistência da SUDAM e anunciavam **o progresso dos nossos vazios geográficos**, referindo-se à Amazônia.

Aproveitamos para salientar que há efeitos de determinação no jornal, que jogam com a unicidade e concretude (saturação) que é próprio da determinação: **cujo único fim** é a agitação social e a desmoralização da nossa Pátria, na **SD6**. A interpretação que “retoma”, fecha os sentidos, circunscreve a polissemia que nesse mesmo gesto se estabelece para a CP.

Assim como a moral, o progresso é uma exigência do povo brasileiro, constituída historicamente, e fundada no discurso positivista. Compreendemos esse *progresso* atravessado pela *máxima “Ordem e Progresso”* inscrição da Bandeira do Brasil.

Então dizer que **Progresso com justiça social e integração pacífica de nossos vazios geográficos**, na **SD7** do primeiro recorte, mobiliza sentidos, que edificados na base do positivismo, tocam o desejo do povo brasileiro e apagam outros sentidos que têm a ver com o direito, o político, a história.

Sustento, nas análises realizadas, que os empresários e latifundiários retomam do dis-

4 Payer (1998), “A Nomeação do Homem do Campo. Aspectos Discursivos”. Estudos lingüísticos XXVII, GEL. UNESP-IBILCE.

5 A palavra deriva deve ser tomada no sentido que lhe deu Pêcheux, 1983, em Discurso, Estrutura ou Acontecimento. Um sentido pode sempre tornar-se outro. (Nota retirada de Guimarães, In: Escritos nº 2).

curso da CP e produzem efeitos de sentido contrários a ela, por isso retomamos os sentidos de:

TERRA/Amazônia/vazio geográfico

Interessante observar o modo, como na **SD7**, TERRA é reescriturada⁶ como **ossos vazios geográficos**. A designação **vazios** remete a um espaço sem limites juridicamente demarcados, sem população estável, sem dono. Como vemos o nome **vazios** já define uma maneira de interpretação. **Vazios** aparece como um nome determinado pelo pronome possessivo **nosso** e pelo adjetivo **geográfico**, ou seja, por uma dupla determinação: por um lado o pronome possessivo remete a um *nós* geral=*nós* brasileiros, onde se apagam as diferenças de direito à terra, além de apagar a presença indígena naquele espaço. Por outro lado, tem o adjetivo que identifica território, a extensão de terra do ponto de vista geográfico, e assim outros sentidos são apagados.

Vale, ainda, levar em consideração que o pronome possessivo **ossos** pode também indicar que há alguém específico que possui os **vazios**, i.e., se observarmos a sequência apenas como recorte de uma carta de leitores, subentendemos que um sujeito que enuncia desse lugar se coloca como dono(s), pois ao enunciar **ossos** configuram-se outros sujeitos que não estão na formulação linguística, mas aparecem em função da “desconstrução” analítica.

Em síntese, **vazios**, que sobre um primeiro olhar se nos mostraram como espaço sem limites juridicamente demarcados, sem população, sem dono, pelas marcas determinativas tomam discursivamente um novo sentido, o daquele que delimita. Acrescentamos a **SD13** para corroborar com a análise:

SD13. Que diz efetivamente o prelado? Que injustiça **só** tem um nome na **Amazônia** e que esse nome é **latifúndio**. Convém saber que o microcosmos da sua experiência sociológica é a prelazia de São Félix do Araguaia, a qual se estende por 150 mil km² (...) quem lá fora lesse o panfleto do bispo, poderia imaginar que nessa **vasta superfície** se amontoasse uma **multidão densa e laboriosa**, mas impedida de lograr condigna existência pela insensibilidade de meia dúzia dessas figuras demonológicas da era teológica da morte de Deus que se chamam latifundiários. (*Jornal O Estado de São Paulo-13-11-71*).

É possível observar a partir da **SD13** que a designação **ossos vazios geográficos**, parafraseada pela designação **vasta superfície**, produz como efeito de sentido, primeiro, a evidência de que a região é deserta, vazia, desocupada, pronta para exploração, para ser desbravada. A designação **vasta** indica ampla, o tamanho da Amazônia, que se sabe, é mesmo imenso, tanto que no modo como é enunciado sugere que por ser, a Amazônia, uma **vasta superfície** poderia causar a ideia, para quem não a conhecesse, de que **ali se amontoasse uma multidão laboriosa**. É raro não saber que na Amazônia concentra-se o maior número de nações indígenas do país e que não é uma multidão; e que possuem uma outra concepção de trabalho. Além deles foram muitos os migrantes que deslocaram, principalmente naquela época, buscando a terra para trabalhar. Isso faz com que entendamos que a expressão **multidão laboriosa**, tenha aí uma conotação irônica, que parte de quem conhece o real, mas pretende encobertá-lo.

Chamo a atenção para a determinação produzida pelo adjetivo **laboriosa**, que aponta para um sentido de produtividade, pois como estamos analisando, para os latifundiários, **os empreendimentos humanos têm que ser muitos para render**. Desse modo, a sequência justifica a ironia interpretada na determinação, além de ressaltar o apagamento dos ocupantes legítimos da terra, ou seja, dos povos originários e também dos posseiros, que são silenciados sobre o poder das designações: **vasta superfície e ossos vazios geográficos**.

Nos enunciados analisados, o Estado está diretamente vinculado ao poder jurídico, que

⁶ Reescrever é efeito da exposição do dizer à materialidade do real. Exposição própria ao acontecimento, efeito do presente sobre a memória. (Guimarães, Escritos Nº 2, Nudetri, 1999).

por sua vez se funda na divergência de interesses entre os que **são da terra** e os que **estão na terra**, que resulta num conflito permanente compreendido no deslize dos sentidos de TERRA, ou seja, entre os que querem a terra para trabalhar e os que querem ser os donos, proprietários da terra e a quem querem enquanto capital = negócio.

É interessante trazer o que Orlandi (1983) analisou sobre os textos de lei sobre a Reforma Agrária. Ela diz que embora a Reforma Agrária seja proposta em nome dos que não têm a terra, é dirigida para os que a têm: *ela é, na realidade uma forma de administrar os conflitos*, e nós acrescentamos, uma forma de controlar a mobilização, a organização, que são características fortes da resistência à política dirigida para as questões da terra.

Os processos que na mídia parafraseiam TERRA vão deslocando seus sentidos. Ao definir TERRA como direito - **democrático** - garantido pelo Estado brasileiro por igual e para todos - e **qualquer um** - dos cidadãos, permite interpretar TERRA, como se fosse para todos os brasileiros - **suas terras**. As designações **latifúndios** e **minifúndios** apagam as relações de desigualdade e exploração, de proprietário/não proprietário, de patrão/empregado, isto é, todas as relações de contradição de classe que bem conhecemos.

O jurídico em seu discurso liberal: *“Todos os homens são iguais perante a lei”* produz, parafraseando Orlandi (1995), o apagamento das diferenças constitutivas dos lugares distintos, reduz o interlocutor ao silêncio. O direito e a justiça se sustentam nessa máxima, produzindo a crença na imparcialidade da lei, no fim dos privilégios dos poucos que possuem a terra guardada em seus documentos legais.

O que se apresenta é um deslocamento na nomeação dos atores, que participaram/participam da constituição dessa história de confrontos, colocando como sendo equivalentes (democraticamente iguais) latifundiários e pequenos proprietários. Como pode ser conferido, essa prática se inscreve na materialidade linguística dos jornais que recortei para análise e o fiz numa direção em concordância com o modo como fui determinada sócio ideologicamente, como os sentidos podem ser sempre outros, um sujeito analista diferente poderá lançar olhares, também diferentes para os materiais, mas não sem pensar em algumas considerações como tecerei a seguir.

Algumas Considerações

Os jornais, quando relatam os acontecimentos já estão lhes determinando sentidos, sendo assim não são imparciais e a neutralidade é aparente. Segundo Mariani (1998), na produção do discurso jornalístico fica apagado para o sujeito-leitor o processo de construção da notícia. A produção de sentidos, que se processa a partir de um trabalho no plano da língua, seja no plano das operações sintáticas, seja pelo conjunto da memória mobilizada lexicalmente, não é perceptível para o sujeito envolvido historicamente. Assim essa prática discursiva impõe a imagem de uma leitura literal realizada com os sentidos transparentes capazes de captar os fatos em sua “essência”. Oblitera-se, portanto, que o que está em jogo é uma inevitável leitura interpretativa. Como qualquer outro discurso, o jornalístico é produzido em condições históricas de confrontos ou aproximações que orientam as interpretações realizadas.

O que propus como objetivo para esse texto era compreender a brasilidade na relação com a ocupação da terra/Amazônia e observar como esse gesto possibilita refletir, além de outros assuntos, tendo como base a compreensão da CP como um *acontecimento discursivo* que fundou a possibilidade de outros (novos sentidos) sobre a brasilidade em relação à questão da terra, nos efeitos de reformulação e polêmica que ela provocou na imprensa em 1971.

Pois bem, ao serem reformulados os sentidos da CP, na/pela imprensa, percebi que há uma tentativa de se manter uma posição em favor da denúncia e preservar a sua essência: Há marginalização social provocada pelo latifúndio, na Amazônia Legal, por um lado, porém se considerarmos as sequências que estabeleceram, na sua formulação, uma relação de polêmica com a CP, observei que os sentidos tomam um rumo contrário, ao que ela enuncia, apagando a sua força de denúncia

O que não se alcança, pois é ideológico, é o modo como se dá essa produção de sentidos, ou seja, a eficácia ideológica da transparência da informação interfere na produção discursiva

siva dos jornais que, como vimos, se apresentam, muitas vezes, como expressão da realidade para o leitor. Assim, muitas pessoas que concebem a linguagem como transparente estão convencidas da imparcialidade jornalística.

Então no percurso das análises fui constatando que, na prática discursiva da imprensa, a CP, enquanto *acontecimento discursivo*, é significada na retomada de uma memória discursiva que confronta posições em relação a mesma e que desse modo formula uma certa brasilidade.

Como pode ser conferido, são diversas as marcas e funcionamentos linguísticos que se apresentam na formulação do discurso jornalístico.

As relações que se dão, no caso específico da disputa pela terra, são tensas e originam-se de uma hierarquização que, no nosso modo de interpretar, a partir das análises histórico-linguístico-discursivas, é materializada no discurso do jogo das relações de forças provocado pelo capitalismo e atualizam, de outro modo, nas condições de produção vigentes, a exemplo do desmatamento acelerado das terras indígenas e, não dá para 'apagar' aqui as queimadas criminosas que hora ocorrem na Amazônia.

Nos casos em observados, isso acontece porque nessa sociedade há lugares definidos, autorizados, para se dizer, por exemplo, há o lugar dos que possuem a terra e o dos que trabalham a terra, sempre numa relação dialética que não escapa às questões da linguagem. Em especial, naquilo que analisei, posso concluir que a mídia intervém nesse processo através da produção e/ou reprodução de discursos da/sobre a CP, a respeito dos quais se constroem as evidências de que, ainda que se resista, a propriedade é de quem tem o título e isto só é possível juridicamente.

Em termos de condições de produção do discurso, o da democracia propõe apagar as diferenças que constituem os diversos lugares sociais, pois é dessas diferenças que se constituem os diferentes sentidos. Isto nós conferimos no/pelo processo de designações. A palavra TERRA, por exemplo, não tem o mesmo sentido para o posseiro e para o latifundiário, no entanto, no funcionamento das designações minifúndios e latifúndios, a diferença é apagada, nos jornais, produzindo-se conforme Mariani (1999), esses, como uma das instituições responsáveis, nas sociedades ocidentais, pela formação e difusão de modelos de verdade, inclusive na construção de sentidos da brasilidade na relação com a terra.

Referências

BORGES, Águeda Aparecida da Cruz. **Nas veias do jornal: a terra**. Os sentidos sobre a Carta Pastoral de D. Pedro Casaldáliga na imprensa (1971). Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: [s.n.], 2000.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Cantigas Menores**, Goiânia, GO. PROJORNAL, 1979.

_____. <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/593403-a-carta-de-pedro-casaldaliga-que-mudou-a-amazonia>. Acesso em abril de 2020.

DINES, Alberto, VOGT, Carlos, MELO, José Marques (orgs). **A imprensa em Questão**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas, Pontes, 1988.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo, Ática, 1990.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. **O PCB e a Imprensa: As conquistas no imaginário dos jornais 1922-1989**. Campinas, SP. Ed. Da Unicamp, RJ, Ed. Revan, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1986.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O estatuto do liberal e a reforma da terra. In: **Religião e sociedade**, 12/3, 1983.p. 65-73.

_____.**Terra à vista - Discurso do confronto**: velho e novo mundo. S.P., Cortez & Ed. da Unicamp, 1990.

_____.Um Sentido Positivo para o Cidadão Brasileiro, In: **Sociedade e Linguagem**, Campinas, Editora da UNICAMP, 1997.

PAYER, Maria Onice (1998), **A Nomeação do Homem do Campo**. Aspectos Discursivos. Estudos linguísticos XXVII, GEL. UNESP-IBILCE.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da Memória**. In: **Papel da Memória**. Pierre Achard *et al.* Tradução: José Horta Nunes. 1ª edição. Campinas, SP: Pontes, 1999, p.52-53.

_____. (1975) **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.

_____.(1983) **O discurso, estrutura ou acontecimento**. Campinas, Pontes, 1990.

Recebido em 28 de abril de 2021.
Aceito em 25 de maio de 2021.